

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A venda do Hospital da Cruz Vermelha à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem sido noticiada, de forma insistente, na comunicação social. De acordo com essas notícias, existirá já um acordo de intenção entre as duas partes, estando a ser realizadas auditorias e estudos de impacto económico.

Tem sido igualmente referido que existiriam outros interessados em adquirir o Hospital ou em entrar na sua gestão, mas que terão sido afastados de um eventual negócio.

Estas notícias suscitam diversas interrogações, tratando-se de duas instituições de interesse público e nas quais o Estado exerce uma função de tutela, além de deter participação societária na sociedade gestora do Hospital, através da Parpública.

Face ao exposto, vêm os Deputados abaixo assinados, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitar os seguintes esclarecimentos ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças, ao Senhor Ministro da Defesa Nacional e à Senhora Ministra da Saúde, através de Vossa Excelência:

1. É verdade que a Cruz Vermelha Portuguesa se encontra a negociar com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a venda do Hospital da Cruz Vermelha que aquela gere em Lisboa?
2. O negócio respeita à alienação do imóvel onde funciona o Hospital, ou apenas à venda da participação na sociedade gestora do Hospital?
3. Em que condições foi o Hospital colocado à venda? Em condições específicas, ou em condições correntes de mercado, prevenindo o valor da instituição e o respetivo retorno para a entidade vendedora?
4. Verificando-se a participação qualificada do Estado na sociedade gestora do Hospital através da Parpública, pronunciou-se sobre a alienação? Foi o gabinete do Senhor Ministro de Estado e

das Finanças informado do negócio?

5. Em face do interesse público manifestamente subjacente, não deveria ter sido aberto um procedimento de concurso público para alienação do Hospital?

6. Confirma-se que houve manifestações de interesse para aquisição do Hospital da Cruz Vermelha por vários grupos privados, o que por si só justificaria a abertura de um procedimento público para reforçar a transparência do negócio?

7. Foi noticiado que a administração do Hospital se teria demitido, bem como membros da direção da Cruz Vermelha Portuguesa, face à nula informação sobre este negócio. Podem os membros do governo confirmar este facto?

8. Que garantias tem o Ministério da Saúde de que a gestão de Hospital não ficará em causa caso se confirme este negócio?

Palácio de São Bento, 29 de novembro de 2019

Deputado(a)s

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

DUARTE PACHECO(PSD)

ÁLVARO ALMEIDA(PSD)

ALBERTO FONSECA(PSD)

EDUARDO TEIXEIRA(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

LINA LOPES(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)